



POBREZA MULTIDIMENSIONAL E INFORMALIDADE NO BRASIL RURAL E URBANO **MULTIDIMENSIONAL POVERTY AND INFORMALITY IN RURAL AND URBAN BRAZIL**

Ohanna Larissa Fraga Pereira

Filiação: Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: ohanna_larissa1@hotmail.com

GT 9 – Trabalho, emprego e ocupações rurais

Resumo

A crise econômica de 2015 e a Reforma Trabalhista, implementada em 2017, geraram mudanças na economia e na vida dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar e comparar a incidência, a intensidade e as fontes de pobreza multidimensional que acometem os trabalhadores formais e informais, residentes dos meios rural e urbano, do Brasil. Para isso, calculou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) através do método Alkire-Foster, utilizando os microdados da PNADC Anual de 2019. Os principais resultados apontam para um abismo existente em relação às privações sofridas entre os trabalhadores rurais e urbanos, potencializado pela informalidade. Desse modo, a pobreza multidimensional foi maior entre os trabalhadores rurais informais, seguidos pelos rurais formais, urbanos informais e urbanos formais. A dimensão Condições Sanitárias foi a mais privada entre os quatro grupos analisados, apresentando níveis extremamente superiores entre os trabalhadores rurais. Enquanto isso, a dimensão Trabalho e Proteção Social foi fundamental para colocar os trabalhadores informais na condição de privação. Constatou-se que os trabalhadores rurais informais apresentaram IPM cerca de 113 vezes maior que o dos trabalhadores formais urbanos. Conclui-se que o meio rural permanece estruturalmente mais pobre que o ambiente urbano, condição potencializada pela informalidade, que expõe os trabalhadores brasileiros a piores condições de trabalho, remuneração, e proteção social.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional; Informalidade; Trabalho rural e urbano; IPM.

Abstract

The economic crisis of 2015 and the Labor Reform, implemented in 2017, generated changes in the economy and in the lives of Brazilians, especially workers. Therefore, the objective of this study was to analyze and compare the incidence, intensity and sources of multidimensional poverty that affect formal and informal workers, residents of rural and urban areas in Brazil. For this, the Multidimensional Poverty Index (MPI) was calculated using the Alkire-Foster method, using microdata from the 2019 Annual PNADC. The main results point to an existing gap in relation to the deprivations suffered by rural and urban workers, enhanced by informality. Thus, multidimensional poverty was higher among informal rural workers, followed by formal rural, informal urban and formal urban workers. The Sanitary Conditions dimension was the most private among the four groups analyzed, with extremely higher levels among rural workers. Meanwhile, the Work and Social Protection dimension was fundamental to place informal workers in the condition of deprivation. It was found that informal rural workers had an MPI about 113 times greater than that of formal urban workers. It is concluded that the rural environment remains structurally poorer than the urban environment, a condition enhanced by informality, which exposes Brazilian workers to worse working conditions, remuneration, and social protection.

Key words: Multidimensional poverty; Informality; Rural and urban work; MPI.

1. Introdução

O Brasil experimentou um período de avanços no campo econômico e social, entre 2004 e 2014, que permitiu o alinhamento entre o crescimento econômico e a redução da desigualdade social (OXFAM BRASIL, 2017). Essas conquistas melhoraram expressivamente as condições de vida dos trabalhadores, os quais vivenciaram um aumento progressivo do emprego assalariado formal, queda da taxa de desemprego e redução da informalidade. Combinado a isso, no campo econômico havia o aumento do valor real do salário mínimo, a retomada do



crescimento econômico e a implementação de importantes políticas sociais, industriais, tecnológicas e entre outras (KREIN et al., 2018; SANTOS; GIMENEZ, 2018).

Entretanto, esses fatores foram abalados em 2015, pelo que Rossi e Mello (2017) denominaram de: a maior crise da história brasileira, até então. A inflexão da crise econômica, gerada pela estratégia de choque recessivo pró-mercado, potencializou a desestruturação do mercado de trabalho. Com a recessão, veio o crescimento do desemprego, da subutilização da força de trabalho e da informalidade, seguidas de uma queda no rendimento médio real (MANZANO; CALDEIRA, 2018). Além disso, em 2017, a implementação da Reforma Trabalhista intensificou esses fatores, prejudicando o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e enfraquecendo seus sindicatos (PICOLOTTO; LAZZARETTI; TRINDADE, 2022).

Nesses contextos adversos, fenômenos como a pobreza tendem a afetar de maneira mais intensa os grupos populacionais historicamente precarizados. Acerca do fenômeno multidimensional da pobreza, Amartya Sen (2013) desenvolveu uma teorização capaz de relacionar um complexo conjunto de elementos que determinam a forma de viver do indivíduo, envolvendo dimensões e indicadores básicos essenciais à vida dos seres humanos. Na visão do autor, ser pobre envolve múltiplos fatores, de ordem quantitativa e qualitativa, que dão aos indivíduos uma existência mais curta com muitas complicações e perigos, provocando neles sentimentos ruins de impotência, desesperança, incapacidade e entre outros fatores.

Apesar dos avanços logrados pelo Brasil no enfrentamento das vulnerabilidades e desigualdades sociais, ainda persistem diversas fontes de privações fortalecidas pelas crises recentes e pela Reforma Trabalhista (SERRA, 2017; FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; MANZANO; CALDEIRA, 2018). A dinâmica da precarização do trabalho no Brasil, refletida em grande medida na informalidade, contribui para o aumento contínuo da pobreza e da marginalização dos trabalhadores.

Atrelado a isso, os estudos apontam que o ambiente em que a pessoa vive determina graus diferentes de privação. O contexto rural brasileiro é historicamente marcado por maiores níveis de pobreza quando comparado ao meio urbano. Dessa forma, é importante compreender o impacto da crise e da reforma no seu sistema trabalhista e na vida de seus trabalhadores. Como Picolotto, Lazzaretti e Trindade (2022) ressaltam, o ambiente rural convive com a predominância da informalidade e da privação, de forma que as mudanças econômicas do país afetam sobremaneira seus trabalhadores.

Considerando a importância da investigação das condições de vida dos trabalhadores brasileiros conforme a ocupação (formais/informais) e a zona de moradia (urbana/rural), o presente estudo tem como objetivo principal analisar a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional que acomete tal público. A análise contempla a comparação entre a pobreza dos trabalhadores formais e informais, urbanos e rurais, com base na PNADC Anual¹ de 2019. Para isso, empregou-se o método Alkire-Foster (AF) para estimar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) entre os grupos pesquisados, bem como, para identificar quais são as principais fontes de privações desses agentes.

A redação está dividida em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, foi apresentada a revisão bibliográfica acerca das mudanças no mercado de trabalho brasileiro diante da crise econômica e da Reforma Trabalhista e suas consequências sobre a informalidade. No tópico seguinte, foi explanada a relação entre a informalidade e a pobreza no país. Na sequência, discorreu-se sobre os procedimentos metodológicos empregados para a estimação do IPM. Na seção 5, analisou-se os principais resultados deste estudo. Por fim, na seção 6 foram apresentadas as considerações finais.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2018).



2. As mudanças recentes no mercado de trabalho e o avanço da informalidade

De 2004 até a crise econômica brasileira de 2015, o país experimentou um ciclo de desenvolvimento econômico e dinamização do mercado de trabalho que atingiu, sobretudo, a população mais carente e os assalariados. As políticas adotadas nesse ínterim, permitiram a melhoria significativa dos indicadores sociais brasileiros e um movimento positivo do mercado de trabalho e da resistência às políticas liberais dos anos 1990 (JACCOUD, 2013).

Conforme Baltar (2015) destaca, no período de crescimento econômico com inclusão social (2004 a 2013) houve: redução da taxa de desemprego, de 9,1%, em 2004, para 6,6%, em 2013; expansão do grau de formalização dos contratos de trabalho, que passou de 67,5% para 76,6%; aumento do assalariamento, com a evolução da participação do emprego em estabelecimentos na ocupação total de 57,3% para 63,8%; e aumento no nível de renda real do trabalho, que se elevou 64,3% no período. Essa trajetória ascendente da renda, da ocupação, da demanda e da oferta de crédito, gerou um grande aumento do consumo na economia do país e permitiu atravessar a crise internacional de 2008 sem grandes abalos.

Entretanto, por volta de 2014, a economia nacional despencou em uma crise que teve início no campo político-econômico e se alastrou para o social, atingindo os indicadores de trabalho. Os resultados da recessão de 2015 iniciaram a ruptura dos avanços trabalhistas. O relatório da Oxfam (2018, p. 11) aponta: “A roda da redução de desigualdades parou no Brasil. Entre 2017 e 2018, houve uma conjunção de indicadores negativos que contam a triste história de um grave recuo do progresso social no país. São retratos recentes de um processo (...) que não mostra sinais de reversão”. A inflexão ocorrida gerou uma retração geral da renda nacional, o desemprego passou de 6,8%, em 2014, para 12,7%, em 2017, enquanto a proporção de pobres voltou, em 2017, para o patamar de 2012 (OXFAM, 2018; IBGE, 2019).

Nesse contexto, a taxa de informalidade que vinha em ritmo de queda, sofreu uma inflexão a partir do terceiro trimestre de 2014, sem sinais de reversão em 2019, indicando que uma proporção maior de trabalhadores está se inserindo em postos de trabalho precários (OLIVEIRA; PRONI, 2016).

Em relação ao conceito de “trabalho informal”, seu uso e sua mensuração apresentam muitas variações, principalmente em países em desenvolvimento². Entretanto, como ressaltam Krein e Proni (2010), esse fenômeno – que historicamente foi associado às economias subdesenvolvidas, mas que também aparece mais timidamente nos países centrais – possui uma gama de situações que definem um modelo de condições de trabalho precarizadas. São características do trabalho informal:

“[...] indefinição do local de trabalho, condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade do trabalho, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação e à tecnologia, além das dificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado. Os trabalhadores da economia informal, na maioria das vezes, não são reconhecidos pelas agências governamentais, são imprecisamente mensurados nas estatísticas oficiais, não estão contemplados pela legislação

² Na Missão para o Emprego no Quênia, em 1972, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) utilizou pela primeira vez o termo “setor informal”, criado pelo economista Keith Hart, para analisar as atividades que estavam na margem da formalidade. Em 2002, a Resolução da Conferência Internacional do Trabalho, substituiu o termo para “economia informal”, para tentar abranger a diversidade do fenômeno em todo o mundo (OIT, 2012). A princípio, o desafio era entender como esse fenômeno típico dos países subdesenvolvidos acometia uma parcela expressiva da população. O desemprego não era o principal fator limitante dessas nações, mas sim a baixa remuneração e a desestruturação do mercado de trabalho. O maior desafio da OIT era gerar empregos para estimular a formulação de políticas econômicas de combate à pobreza, principal aliada do trabalho informal, e de justiça social (OIT, 2012, CORSEUIL; REIS; BRITO, 2015).

trabalhista e se beneficiam de forma limitada da seguridade social. Dessa maneira, estão impossibilitados de desfrutar plenamente dos direitos sociais que alicerçam a cidadania. E quando reivindicam outra forma de tratamento, raramente são ouvidos pelas autoridades públicas [...]” (KREIN; PRONI, 2010, p. 33).

No Brasil dos anos 1990, a informalidade avançou devido à instabilidade e ao baixo nível de crescimento econômico e às transformações gerais do capitalismo contemporâneo, que uniu a reorganização econômica com a mudança do papel do Estado e das instituições públicas, afetando diretamente as relações laborais. Ao longo dos anos 2000, surgiu o que Krein e Proni (2010) chamaram de “nova informalidade”, caracterizada pelas relações de emprego disfarçadas, como: o trabalho estágio, a contratação de pessoa jurídica, o autônomo proletariado e entre outros. Essas formas de contratação trazem consequências negativas para os contratados, que passam a ter menor acesso aos direitos trabalhistas básicos; e para o sistema de proteção social, que passa a ter suas fontes de financiamento de políticas públicas fragilizadas, dificultando a universalização do seu sistema.

A “nova informalidade” no Brasil, aparece na forma de diversos tipos de contratações atípicas, como: o motoboy, a contratação por prazo indeterminado, o *free lance*, o tele-trabalho etc. Algumas dessas expressões, já ultrapassadas, ganharam uma nova roupagem, como é o caso da uberização, Abílio (2020, p.14) define como: “[...] uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, que se apresenta como uma tendência global”. Esse fenômeno: “é fruto de décadas de eliminação de direitos, da dispersão global e, ao mesmo tempo, centralizada de cadeias produtivas [...] e do desenvolvimento tecnológico, que fundamenta novas formas de organização e controle do processo de trabalho”.

3. A relação entre a informalidade e pobreza

O movimento regulatório brasileiro dos anos 2000 não conseguiu reverter características estruturais do mercado de trabalho, mas abriu espaço para a formalização de maneira dissemelhante entre os contextos brasileiros (KREIN; BIAVASCHI, 2015). Porém, como mencionado, a crise brasileira de 2015 reverteu os avanços e iniciou um cenário de desemprego ascendente (KREIN; OLIVEIRA, 2019; KREIN; COLOMBI, 2019). Além disso, a implementação da Reforma Trabalhista, em 2017, prometeu a redução da informalidade através da terceirização e da contratação temporária, mas, em contraposição, aumentou o número de informais nos dois anos seguintes (KREIN; OLIVEIRA, 2019).

Entre 2017 e 2019, a quantidade absoluta e relativa de trabalhadores informais superou a dos formais, tendência que se estende para setores como a indústria, historicamente formalizada. Além disso, vale ressaltar que o crescimento do segmento informal ocorreu entre os trabalhadores com nível educacional superior completo e incompleto, revertendo o cenário de precarização apenas entre níveis escolares mais baixos (KREIN; COLOMBI, 2019).

O relatório da OIT (2012) aponta os principais motivos que levam à informalidade, destacando: a pobreza, como a principal causa; a capacidade de absorção limitada do setor industrial do país, que não consegue capturar toda a mão-de-obra em setores mais produtivos; a procura pela flexibilidade, causa derivada da pressão exercida pela globalização; as mudanças na estrutura de produção, que favorece a subcontratação em países onde os custos de mão-de-obra são mais baixos; os processos de reestruturação econômica, que leva a movimentos como o de privatização de empresas públicas e estatais; e as crises econômicas, que geram pressão sobre o emprego formal e o aumento da economia informal, além de ocasionar uma dupla pressão nas economias já vulneráveis.

Percebe-se que a informalidade brasileira possui fortes vínculos com a baixa qualidade de vida da população. Isso decorre da ausência de leis trabalhistas e sociais de cunho regulatório



estatal e da falta de articulação de negociações coletivas (KREIN; PRONI, 2010). Além disso, como afirmam Neri e Fontes (2010), o setor informal é o segmento que mais contribui para o estado de pobreza dos trabalhadores brasileiros, sendo formado por uma grande parcela trabalhadores que não recebem uma quantia suficiente para sustentar as suas famílias.

Vista por esse âmbito, a informalidade pode ser considerada como causa e consequência das condições de vida precárias dos trabalhadores. Ela é, nas palavras de Neri e Fontes (2010, p. 12): “[...] o principal “colchão” que alivia choques trabalhistas adversos daqueles que não podem se dar ao luxo de ficar buscando uma ocupação melhor”. Diante disso, ocorre uma expansão e generalização da inserção de modalidades precarizadas de trabalho, como o advento da uberização, o que afeta heterogeneamente as camadas sociais e centraliza características outrora periféricas do trabalho (ABÍLIO, 2020).

A luta por condições de vida e de trabalho melhores e, conseqüentemente, pela redução dos níveis de informalidade no Brasil e no mundo, faz parte da missão histórica da OIT na busca pela conquista do Trabalho Decente para a população:

“[...] O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (MTE, 2006, p. 5).

Foi através dessa visão que o Trabalho Decente virou um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O ODS 8 estipula: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 26).

As condições de trabalho são apenas uma das diversas dimensões que englobam a pobreza multidimensional. O fenômeno da pobreza, até meados do século XX, era medido, predominantemente, pelos níveis de renda. Seu debate foi ganhando profundidade e encontrando outras abordagens que agregam multifatores econômicos e sociais na sua análise e mensuração (CRESPO; GUROVITZ, 2002; SILVA; SOUSA; ARAUJO, 2017). Nesse campo de estudo, emergiram os pensamentos de Amartya Sen, autor que deu sua contribuição através da conceituação da pobreza como a privação das capacitações dos indivíduos. Para ele, ser pobre vai além da privação puramente material ou da escassez de renda, é sobretudo a privação das capacidades básicas humanas (SEN, 2013).

A Abordagem das Capacitações, faz parte da visão multidimensional da pobreza, ela reconhece que o nível de renda baixo é um dos fatores principais da privação do indivíduo, sobretudo em países periféricos, entretanto, a perspectiva monetária é somente um instrumento que fortalece a pobreza e não o real motivo que coloca os indivíduos neste estado. Para o autor, ter rendas iguais não significa igualdade do potencial humano de fazer o que se valoriza. Um indivíduo incapacitado fisicamente não pode realizar os mesmos funcionamentos que uma pessoa com o corpo hábil, mesmo que tenham, ambos, o mesmo rendimento (SEN, 2001).

As considerações de Sen foram expressas pelo *World Bank Institute* (2005) como a abordagem mais ampla da pobreza. Ela pode ser aplicada a diferentes realidades, em países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, pois vai além da carência de renda e de bens materiais. A pobreza multifacetada não identifica apenas quantos e quem são os pobres, mas quais as suas privações, proporcionando um diagnóstico mais completo e maior efetividade na prática de políticas públicas.

Trazendo para o contexto brasileiro, as evidências acerca da pobreza multidimensional apontam que o progresso social experimentado pelo Brasil nos anos 2000 se deu de maneira



dissemelhante entre os contextos nacionais. Nesse sentido, o meio rural continuou mais pobre multidimensionalmente que o meio urbano, como constatado nas pesquisas de Neder, Buainain e Silva (2011), Martins e Wink Júnior (2013), Fahel, Teles e Caminhas (2016), Serra (2017) e Martins et al. (2019).

4. Procedimentos Metodológicos

Os estudos aplicados ao fenômeno da pobreza multidimensional elaboram análises sistêmicas que buscam gerar informações condizentes com a realidade e com o cotidiano das pessoas. Nessa perspectiva, a presente pesquisa empregou a metodologia proposta por Alkire e Foster (2009), AF, composta por um método de análise da pobreza através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), construído através de doze passos. O intuito é avaliar a incidência do fenômeno na população de trabalhadores brasileiros formais e informais residentes nos meios rural e urbano para o ano de 2019. Com isso, espera-se estabelecer uma comparação entre as condições de vida dessas categorias de trabalhadores.

Foram classificados³ como trabalhadores formais: Empregados com carteira, Trabalhadores Domésticos com carteira, Militares, Funcionários Públicos, Empregados por Conta Própria com CNPJ⁴ e Empregadores com CNPJ. Como trabalhadores informais, foram classificados: Empregados sem carteira, Trabalhadores Domésticos sem carteira, Trabalhadores por Conta Própria sem CNPJ, Trabalhadores Familiares Auxiliares e Empregadores sem CNPJ.

A literatura indica que uma das grandes vantagens do método AF é a identificação dos indivíduos multidimensionalmente pobres através do “método de identificação de corte duplo”; no qual o primeiro corte ocorre dentro do indicador e o segundo entre os indicadores. Conforme Vieira, Kuhn e Marin (2017, p. 275): “O primeiro corte se refere ao mínimo necessário de determinado indicador para a pessoa ser considerada privada ou não nesse indicador, já o segundo, é um número mínimo de indicadores para o indivíduo ser considerado multidimensionalmente pobre”. Os passos são:

1º Passo: Escolher a unidade de análise. Nesta pesquisa, a unidade de análise foi a população trabalhadora brasileira com idade igual ou superior a 14 anos, no ano de 2019.

2º Passo: Escolher as dimensões. Após um levantamento bibliográfico (Ferreira e Marin, 2016; Fahel, Teles e Caminhas, 2016; Vieira, Kuhn e Marin, 2017; Serra, 2017; Silva, Bruno e Silva, 2020; Rede PENSSAN, 2021; e Rosa, 2021), optou-se por analisar o fenômeno da pobreza a partir de quatro dimensões:

- a) Condições de Habitação⁵;
- b) Condições Sanitárias⁶;
- c) Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento⁷;

³ A classificação adotada de formalidade e informalidade é a mesma proposta por Krein e Colombi (2019) e Krein e Oliveira (2019). Para mais informações, consultar as fontes informadas.

⁴ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

⁵ Ressalta-se que condições adequadas de moradia são determinantes para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos. Vieira, Kuhn e Marin (2017) destacam que a privação de acesso aos serviços básicos de moradia dá indícios sobre o grau de pobreza vivenciado pelos agentes.

⁶ O acesso aos serviços sanitários básicos é essencial para a redução da contração de doenças por falta de higiene ou contato com ambientes insalubres dos indivíduos (Sen, 2001). Por correspondência, pessoas saudáveis têm mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento do bem-estar e à construção de melhores condições de vida.

⁷ O acesso à educação e ao conhecimento são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como afirma Sen (2001), a falta de acesso à educação formal, por exemplo, pode criar nos indivíduos diversas



d) Condições de Trabalho e Proteção Social⁸.

3º Passo: Definir os indicadores de análise. As quatro dimensões escolhidas foram compostas por 12 indicadores.

- 1) **Dimensão Condições de Habitação:** i) *Condições de abrigo do domicílio*; ii) *Instalações sanitárias*; e iii) *Densidade habitacional*;
- 2) **Dimensão Condições Sanitárias:** iv) *Abastecimento de água*; v) *Acesso à rede de esgotos*; e vi) *Coleta de lixo*;
- 3) **Dimensão Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento:** vii) *Acesso à internet*; viii) *Acesso à educação* e ix) *Alfabetização*;
- 4) **Dimensão Condições de Trabalho e Proteção Social:** x) *Rendimento*; xi) *Subocupação* e xii) *Previdência*.

4º, 5º e 6º Passos: Definir e Aplicar as linhas de pobreza e Contar o número de privações por pessoa. O primeiro corte da metodologia ocorre em relação aos indicadores. Por exemplo, para o indicador *Acesso à internet*, os indivíduos que tiverem acesso à internet por qualquer equipamento eletrônico são considerados **não privados**, caso contrário, ele é considerado **privado**. As informações sobre dimensões, indicadores e privações estão dispostas no Quadro 1. O passo seguinte foi aplicar as linhas de pobreza para todos os indicadores da amostra. Por fim, contabilizou-se o número de privações para cada indivíduo.

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e condições de privação para aplicação do método AF

DIMENSÕES	INDICADORES	PROXY DE MENSURAÇÃO	PRIVADO SE...
Condições de Habitação	<i>Condições de abrigo do domicílio</i>	Material predominante na construção das paredes externas; na cobertura e no piso do domicílio	O material predominante na construção das paredes externas do domicílio não for de alvenaria ou madeira aparelhada; ou o material da cobertura não for telha, laje ou madeira apropriada; ou o material do piso não for cerâmica, lajota, pedra, madeira apropriada ou cimento
	<i>Instalações sanitárias</i>	Quantidade de banheiros exclusivo dos moradores do domicílio	Não tiver pelo menos um banheiro exclusivo dos moradores no domicílio do entrevistado

barreiras à participação nas atividades econômicas. Portanto, quanto maior o nível de conhecimento e acesso à informação, menores as chances de permanecer no estado de pobreza.

⁸ A OIT define que as condições de trabalho decente são uma missão histórica e condição fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da democracia e do desenvolvimento sustentável, além de estabelecer a ampliação da proteção social (OIT, 2020). Diante disso, ele virou o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS-8) do rol daqueles definidos pelas Nações Unidas para a Agenda de 2030 de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).



	<i>Densidade habitacional</i>	Nº de pessoas no domicílio /Cômodos servindo de dormitórios	3 ou mais pessoas por dormitório
Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água</i>	Acesso à rede geral de abastecimento de água no domicílio	Não tiver acesso à rede geral de distribuição de água
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>	Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	A forma de escoadouro não for através de rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede
	<i>Coleta de lixo</i>	Destino do lixo domiciliar	O destino do lixo domiciliar não for através de coleta direta ou indireta
Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	Algum morador tem acesso à internet no domicílio por meio de algum equipamento eletrônico	Nenhum morador tiver acesso à internet através de nenhum equipamento eletrônico
	<i>Acesso à educação</i>	Frequenta ou frequentou escola anteriormente	Tiver até 18 anos e não frequentar escola ou mais de 18 anos e não ter frequentado escola anteriormente
	<i>Alfabetização</i>	Sabe ler e escrever	Não saber ler ou escrever
Condições de Trabalho e Proteção Social	<i>Rendimento</i>	Faixa de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> até ½ salário mínimo
	<i>Subocupação</i>	Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	Ser subocupado
	<i>Previdência</i>	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho	Não for contribuinte

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas bibliográficas com base na PNADCA 2019⁹.

7º e 8º Passos: Definir o segundo corte e censurar os dados dos não pobres. O segundo ponto de corte é chamado de corte de identificação (*k*), ele fornece o número de indicadores em que um indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. Para o presente estudo, considerou-se o mesmo peso para todos os indicadores, de modo que os agentes deveriam apresentar privação em quatro ou

⁹ As dimensões e indicadores foram escolhidos com base em estudos que abordam o tema da pobreza na visão multidimensional. Tais como: Ferreira e Marin, 2016, Fahel, Teles e Caminhas (2016), Serra (2017), Vieira, Khun e Marin (2017) e Silva, Bruno e Silva (2020).



mais indicadores analisados¹⁰. Em seguida, foram censurados os dados das pessoas que apresentam o valor k inferior a 4, ou seja, aquelas identificadas como não pobres.

9º Passo: Calcular a incidência de pobreza (H). O cálculo de H representa a porcentagem de pessoas pobres em relação ao total amostral. Nesta pesquisa, foram considerados multidimensionalmente pobres os indivíduos com $k \geq 4$ indicadores. Destaca-se que os valores de H não levam em consideração o número de privação que os indivíduos enfrentam, por isso existe a necessidade dos demais cálculos desenvolvidos adiante. O H (ou *Headcount*) é calculado mediante a equação 1.

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

Em que: q representa o número de pessoas multidimensionalmente pobres e n representa o número total de pessoas que compõem a amostra.

10º Passo: Calcular o hiato de pobreza média (A). Esse cálculo representa o número médio de privações que os indivíduos já considerados multidimensionalmente pobres enfrentam. Para isso, somou-se a proporção de privações totais que cada pessoa sofre e, em seguida, dividiu-se pelo número total de pessoas pobres, conforme a equação 2.

$$A = \frac{\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)}{q} \quad (2)$$

Sendo: a : nº total de privações; k/a : a proporção de privação de cada indivíduo; $\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)$: soma total da proporção de privações que cada pessoa multidimensionalmente pobre enfrenta; e q indica o número de pessoas multidimensionalmente pobres.

11º Passo: Calcular a incidência ajustada (M_0). Esta análise também é chamada de IPM e tem a capacidade de demonstrar a quantidade de privações que a população multidimensionalmente pobre sofre, ou seja, determina a intensidade da pobreza observada. Seu cálculo gera valores entre 0 e 1 (ou entre 0% e 100%). Sua visualização pode ser feita através da equação 3.

$$M_0 = H \times A \quad (3)$$

Substituindo-se as equações (1) e (2) na equação 3, obtém-se a seguinte formulação:

$$M_0 = \left(\frac{q}{n}\right) \times \left(\frac{\sum_1^n \left(\frac{k}{a}\right)}{q}\right) \quad (4)$$

12º Passo: Decomposição da medida. A decomposição da medida pode ser feita por grupos populacionais ou por dimensões. Decompõe-se o M_0 (ou IPM) por grupos etários, gênero, regiões do país ou qualquer outro atributo desejado. Pode-se ainda realizar a

¹⁰A literatura indica que se considere privado o indivíduo em que a pontuação de privação for maior ou igual a 1/3 dos indicadores analisados (ALKIRE; FOSTER, 2009). No caso em questão, o número utilizado foi de 4 indicadores (ou 1/3), o mesmo critério usado para o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), lançado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano em 2010 (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016; SERRA, 2017). Ressalta-se ainda, que todos os indicadores receberam a mesma ponderação.



decomposição por dimensão e analisar a contribuição de cada uma delas para a pobreza geral. No estudo em questão, propõe-se uma decomposição entre trabalhadores formais e informais das regiões rural e urbana do Brasil.

Após a operacionalização do método Alkire-Foster, observaram-se alguns dos principais resultados da pesquisa e suas implicações. Para tal análise, explorou-se as bases de dados da PNADC Anual de 2019.

5. Análise dos Resultados

O número total de brasileiros ocupados, em 2019, foi de 94.956.159 trabalhadores, entre os quais, 84,1 milhões (88,6%) residiam no meio urbano e 10,8 milhões (11,4%) no meio rural. Em média, 43,5% dos trabalhadores brasileiros ocupavam postos informais, o que representava mais de 41,2 milhões de pessoas. Os números da informalidade representam um sinal de alerta para o país, pois esse fenômeno é apontado como causa e consequência da maioria das situações de pobreza e dos indicadores de precarização do trabalho no Brasil (NERI; FONTES, 2010).

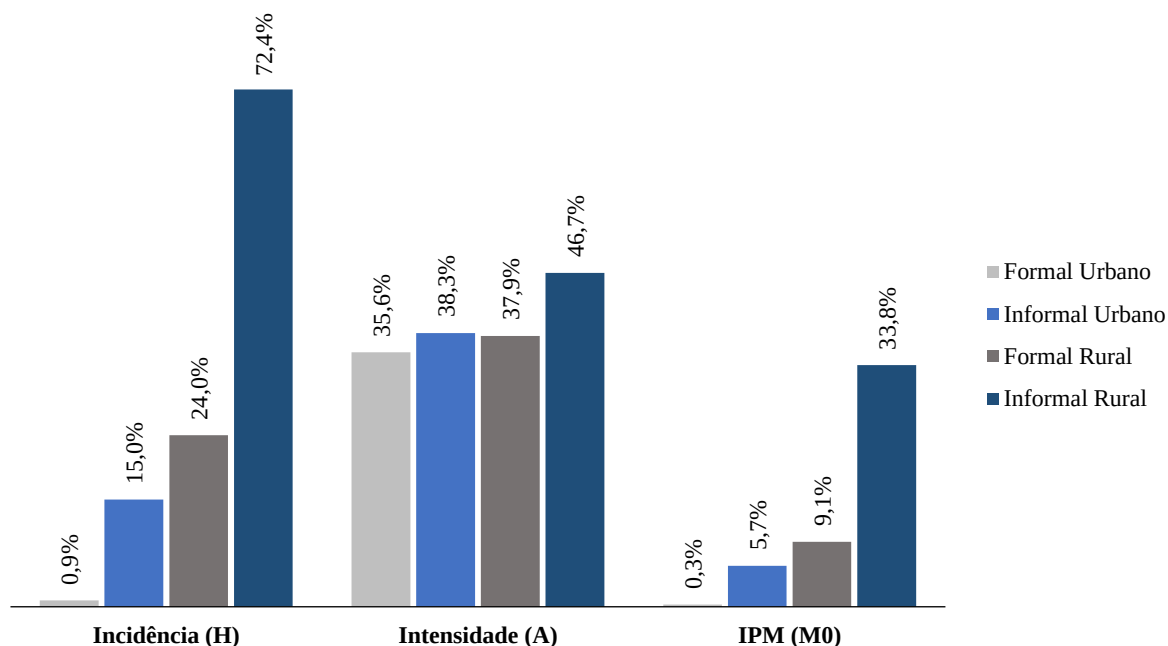
Visando atender ao objetivo proposto neste estudo, implementou-se o método AF, que permitiu a estimação do nível de privação dos trabalhadores formais e informais brasileiros, nos meios urbano e rural. Para tanto, calculou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), formulado a partir da observação de múltiplas dimensões e indicadores, os quais referem-se às privações enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros e configura-se em um esforço analítico para representação do fenômeno da pobreza multifacetada. Sendo assim, o modelo analítico baseia-se nas contribuições de Sen (2001) e Alkire-Foster (2009).

Tabela 1 - Resultados do modelo Alkire-Foster por posição na ocupação e situação do domicílio, em 2019.

TRABALHADORES FORMAIS		
	Urbano	Rural
Incidência (H)	0,9%	24,0%
Intensidade (A)	35,6%	37,9%
IPM (M_0)	0,3%	9,1%
Amostra total	50.646.653	3.024.411
TRABALHADORES INFORMAIS		
	Urbano	Rural
Incidência (H)	15,0%	72,4%
Intensidade (A)	38,3%	46,7%
IPM (M_0)	5,7%	33,8%
Amostra total	33.463.702	7.821.393

Fonte: Elaborada pela autora com base nos microdados da PNADC Anual (2019).

Figura 1 - Resultados do modelo Alkire-Foster por posição na ocupação e situação do domicílio, em 2019.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos microdados da PNADC Anual (2019).

Os resultados da Tabela 1 e da Figura 1, indicam que, em 2019, a incidência de pobreza (H) entre os trabalhadores formais foi de 0,9% para os que viviam em ambiente urbano e de 24,0% para aqueles que viviam no contexto rural. Ao analisar a incidência entre os trabalhadores informais, esses valores aumentaram para 15,0% no contexto urbano e para 72,4% no ambiente rural.

O cálculo inicial de H representa a proporção de trabalhadores formais e informais, urbanos e rurais, considerados multidimensionalmente pobres em relação ao total da amostra de trabalhadores correspondente. Ao analisar esses valores de forma segregada, observa-se uma visível desproporção entre os quatro grupos, com o aumento da incidência proporcional entre os trabalhadores rurais tanto formais como informais. Em quantidades absolutas, a quantidade de trabalhadores multidimensionalmente pobres de acordo com cada classificação foi: **formais urbanos** – aproximadamente 455,8 mil; **informais urbanos** – cerca de 5,0 milhões; **formais rurais** – aproximadamente 725,9 mil; e **informais rurais** – 5,7 milhões.

Apesar do número absoluto de trabalhadores que residem no meio rural ser inferior ao urbano, o percentual da incidência (H) é extremamente superior, elevando sobremaneira a precarização da vida desses trabalhadores. Esse resultado concorda com estudos anteriores sobre a pobreza multidimensional aplicada ao contexto rural, que indicam situações piores de vida dessa população (SERRA, 2017; MARCELINO; CUNHA, 2022).

Como ressaltam Alkire e Foster (2009), análise da incidência da pobreza (H) é efetiva, porém o cálculo não é sensível à intensidade da pobreza que os indivíduos já considerados pobres enfrentam. Por isso, calcula-se o hiato de pobreza média (A). Observando a Tabela 1 e a Figura 1, encontra-se que os trabalhadores formais urbanos considerados pobres eram privados em 35,6% dos indicadores (cerca de 4 dos 12 indicadores). Já os trabalhadores formais rurais e informais urbanos, eram privados em 37,9% e 38,3% dos indicadores, respectivamente (cerca de 5 dos 12 indicadores). Por fim, a intensidade da privação dos trabalhadores informais rurais multidimensionalmente pobres alcançou a média de 46,7% (cerca de 6 indicadores dos



12 indicadores selecionados). Ou seja, os trabalhadores informais rurais alcançaram a maior intensidade de privação dentre todas as categorias estudadas.

Por fim, os resultados expostos na Tabela 1e na Figura 1 revelam a análise da incidência de pobreza ajustada (M_0), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Para melhor interpretação do seu resultado, é importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% estiver o IPM, mais trabalhadores serão multidimensionalmente pobres e privados em um conjunto maior de indicadores. No caso dos trabalhadores formais, o IPM foi de 0,3% para aqueles que residiam no meio urbano e de 9,1% para os que viviam no ambiente rural. Enquanto isso, os trabalhadores informais apresentaram IPM de 5,7% no meio urbano e 33,8% no ambiente rural.

A comparação entre os resultados da Incidência (H), Intensidade (A) e do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) entre os trabalhadores formais e informais, demonstram uma grande diferença existente entre esses dois grupos no Brasil. Quando se compara os ambientes rural e urbano, esse abismo se sobrepõe e revela ser ainda maior. A pobreza multidimensional incide de maneira desigual entre os trabalhadores, revelando a precarização maior entre os trabalhadores rurais informais e formais, seguidos pelos trabalhadores urbanos informais e, por fim, estão os urbanos formais.

Os dados indicam a consequência ruim da informalidade para as condições de vida dos trabalhadores brasileiros, demonstrando que aqueles que estão alocados na informalidade têm chances maiores de situarem-se em condições de pobreza multidimensional, uma das mazelas sociais estruturais do Brasil. Esse resultado corrobora com o exposto por Coelho et al. (2016) ao investigar as condições de vida de mulheres da economia informal catadoras de recicláveis. Uma das suas conclusões foi que a atividade laboral informal expõe, diversas vezes, o trabalhador a riscos ocupacionais e ainda suprime deles direitos de seguridade social, inserindo-os em contextos de total precariedade.

Além disso, concordando com estudos anteriores, os resultados exibidos demonstram que o contexto rural, historicamente marcado por piores condições de vida, exibem uma pobreza multidimensional potencializada pela informalidade e pelas relações precárias de trabalho (PICOLOTTO; LAZZARETTI; TRINDADE, 2022). Essa situação coloca os trabalhadores rurais em condição de maior vulnerabilidade e com diversas privações a serem suprimidas (MARCELINO; CUNHA, 2022).

Após a aplicação dos passos propostos por Alkire e Foster (2009), a análise seguinte detalha as dimensões e indicadores que colocam os indivíduos investigados na condição de privação. Essa análise possibilita a proposição de políticas públicas voltadas para pontos estratégicos de redução do IPM. O Quadro 2 e a Figura 2 apresentam a porcentagem de privação dos trabalhadores multidimensionalmente pobres em cada indicador e dimensão. Para isso, foram selecionados apenas os indivíduos com $k \geq 4$.

Quadro 2 – Privação dos multidimensionalmente pobres por indicador e dimensão

Dimensões	Indicadores	FORMAIS				INFORMAIS			
		Urbano (%)		Rural (%)		Urbano (%)		Rural (%)	
Condições de Habitação	Condições de abrigo do domicílio	29,5	24,3	13,5	11,4	18,2	12,0	17,9	14,9
	Instalações sanitárias		7,8		8,8		7,3		21,2
	Densidade habitacional		56,2		20,2		35,2		17,5

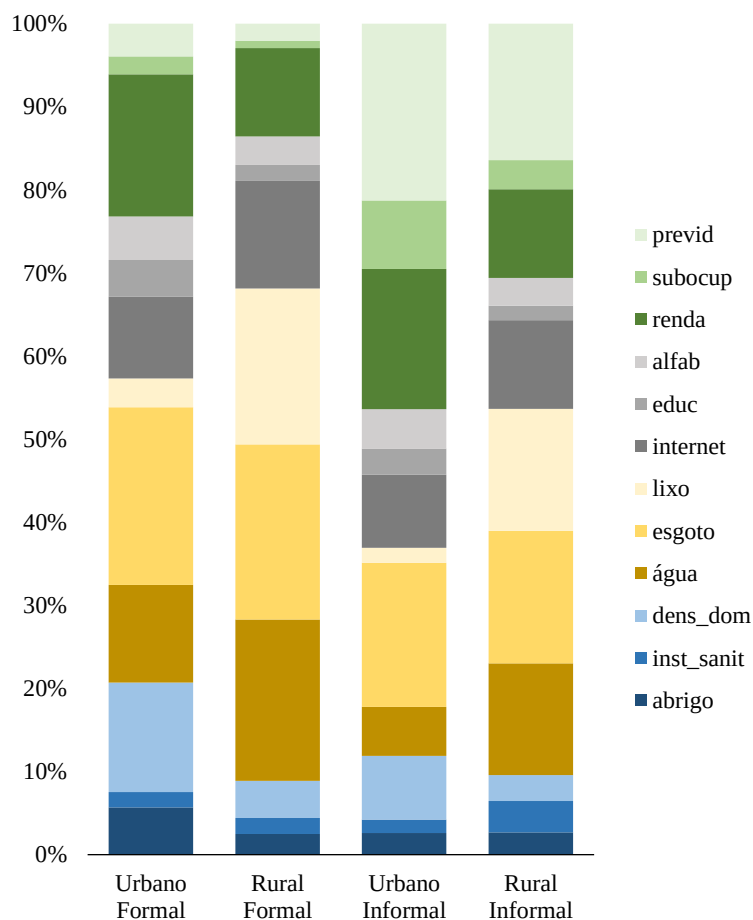


Condições Sanitárias	<i>Abastecimento de água</i>	52,0	50,1	89,8	88,3	38,4	27,1	82,4	75,3
	<i>Acesso à rede de esgotos</i>		91,2		95,8		79,8		89,4
	<i>Coleta de lixo</i>		14,7		85,4		8,2		82,3
Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento	<i>Acesso à internet</i>	27,7	41,9	27,7	58,9	25,6	40,5	29,4	59,7
	<i>Acesso à educação</i>		18,9		8,6		14,4		9,7
	<i>Alfabetização</i>		22,3		15,6		21,8		18,9
Condições de Trabalho e Proteção Social	<i>Rendimento</i>	33,0	73,0	20,6	48,4	71,1	77,7	57,1	59,7
	<i>Subocupação</i>		9,3		4,0		37,7		19,7
	<i>Previdência</i>		16,8		9,3		97,8		91,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos microdados da PNADC Anual (2019).

*A (%) da privação por indicador foi calculada através da soma dos trabalhadores multidimensionalmente pobres de cada um dos quatro grupos que eram deficitários nesse quesito, dividido pelo total de privados no grupo. A privação por dimensão foi calculada pela média das privações dos indicadores nela contidos.

Figura 2 – Privação dos multidimensionalmente pobres por indicador e dimensão



Fonte: Elaborada pela autora com base nos microdados da PNADC Anual (2019).



A primeira análise acerca dos dados do Quadro 2 e da Figura 2, considera os indicadores em que mais de 50% dos trabalhadores multidimensionalmente pobres eram privados. Diante disso, os principais indicadores que contribuíram para o IPM dos trabalhadores formais urbanos foram: “*Densidade habitacional*”, “*Água*”, “*Esgoto*” e “*Renda*”. Esses indicadores pertencem às dimensões: **Condições de Habitação**, **Condições Sanitárias** e **Condições de Trabalho e Proteção Social**. Para os trabalhadores formais rurais, os indicadores foram: “*Água*”, “*Esgoto*”, “*Lixo*” e “*Internet*”, que fazem parte das dimensões: **Condições Sanitárias** e **Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento**.

Para os trabalhadores informais urbanos, os indicadores que mais contribuíram para a pobreza multidimensional foram: “*Esgoto*”, “*Renda*” e “*Previdência*”, que pertencem às dimensões: **Condições Sanitárias** e **Condições de Trabalho e Proteção Social**. Por fim, para os trabalhadores informais rurais, os indicadores foram: “*Água*”, “*Esgoto*”, “*Lixo*”, “*Internet*”, “*Renda*” e “*Previdência*”, que compõem as dimensões: **Condições Sanitárias**, **Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento** e **Condições de Trabalho e Proteção Social**.

Percebe-se que a dimensão **Condições Sanitárias** esteve presente nas quatro classificações de trabalhadores estudadas, com destaque para a grande privação de todos os seus indicadores. Isso demonstra que os brasileiros ainda sofrem privações em aspectos básicos e primordiais, independente da zona de moradia. Como ressaltam Albuquerque e Cunha (2012, p. 56), essa situação indica: “[...] um sério problema quanto à saúde preventiva, que fica altamente comprometida diante desse cenário. Fazem-se necessários maiores investimentos públicos na concessão desses serviços básicos e essenciais à população, para que esta não incorra em doenças oriundas dessas vulnerabilidades”.

A dimensão **Condições de Trabalho e Proteção Social**, foi grande fonte de privação entre os trabalhadores informais (urbanos e rurais), potencializada pelos indicadores de *Previdência* e *Rendimento* e entre os formais urbanos por conta de *Rendimento*. Em média, 97,8% dos trabalhadores informais urbanos e 91,9% dos informais rurais considerados multidimensionalmente pobres, não contribuíam para a previdência em nenhum dos trabalhos que exerciam. Além disso, mais de 70% dos trabalhadores urbanos, formais ou informais multidimensionalmente pobres, tinham rendimento domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo. A informalidade diminui a proteção social e flexibiliza direitos trabalhistas, reduzindo, sobremaneira, o acesso dos trabalhadores ao sistema de previdência (PICOLOTTO; LAZZARETTI; TRINDADE, 2022). Além disso, coloca os trabalhadores em ocupações com baixo rendimento, de modo que eles ficam impossibilitados de viver dignamente e sustentar a própria família.

A dimensão **Educação e Acesso ao Conhecimento** apresentou o indicador *Acesso à internet* bastante expressivos para a composição do IPM dos trabalhadores rurais (formais e informais). Em síntese, a quantidade de trabalhadores pobres rurais sem acesso à internet foi de 58,9% entre os formais e de 59,7% entre os informais. Destaca-se que a internet é uma ferramenta primordial de comunicação e acesso ao conhecimento na atualidade. Desse modo, a OIT (2018) pontua que a educação e, consequentemente, o acesso ao conhecimento, é a principal arma contra a informalidade.

Também vale ressaltar que essa dimensão possui destaque na análise de Sen (2013). O autor destaca a importância da educação para a expansão das liberdades individuais. Adicionalmente, é possível argumentar que o acesso ao ensino formal e às tecnologias de informações, permite aos indivíduos promover a qualificação profissional, a construção de conhecimentos científicos, o desenvolvimento de experiência, a evolução de hábitos e atitudes em trajetória a uma melhor qualidade de vida (RIBEIRO; NEDER, 2009; SEN, 2013).



A dimensão **Condições de Moradia** foi mais expressiva entre os trabalhadores urbanos (formais e informais), com destaque para a participação do indicador *Densidade habitacional* na composição da pobreza multidimensional. As condições de moradia são determinantes para a qualidade de vida da população, como destacam Vieira, Khun e Marin (2017). Além disso, as áreas urbanas sofrem com o grande adensamento domiciliar, o que coloca os indivíduos em situações de privação.

Destaca-se que todas as dimensões analisadas são importantes para o planejamento e execução de políticas públicas de combate à vulnerabilidade social. Tamanha é essa importância, que os ODS da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, formulados pela ONU para 2030, mencionam a preocupação com a promoção de renda, emprego e condições de vida digna como prioridade ao desenvolvimento das nações. Dentre os objetivos e metas vinculados às melhorias de condição de vida comunicadas pela Agenda 2030¹¹, estão: ODS 1 - Erradicação da pobreza; ODS 6 - Água potável e saneamento; e ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico” (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Como Barros, Carvalho e Franco (2006) pontuam, os indicadores escalares são importantes instrumentos para a identificação das dimensões da pobreza, norteando os agentes na descoberta de indivíduos vulneráveis e na elaboração adequada de programas sociais. A despeito dos avanços percebidos entre os primeiros anos do século XXI (2003-2014), a inversão ocasionada pela crise de 2015 e pela implementação da Reforma Trabalhista em 2017, reduziu o ritmo de combate à pobreza no Brasil e afetou, sobremaneira, a parcela informal da economia brasileira, de modo ainda mais intenso no contexto rural.

6. Conclusão

A atual dinâmica da economia brasileira depositou um grande contingente de trabalhadores na condição de informalidade, situação que contribui para o avanço da deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Diante desse contexto, este artigo objetivou analisar a incidência, a intensidade e as fontes de privação da pobreza multidimensional que acometeu os trabalhadores formais e informais dos meios urbano e rural no Brasil em 2019, através da estimação do índice de pobreza multidimensional (IPM) utilizando o método Alkire-Foster.

Como resultado, observou-se que, dado às condições precárias que acometem o contexto rural, tanto a incidência de pobreza quanto a sua intensidade, foram maiores para esse grupo em comparação com os trabalhadores urbanos. O IPM, formulado a partir de 12 indicadores, foi maior entre os trabalhadores rurais informais, seguidos pelos rurais formais, urbanos informais e urbanos formais. A maior diferença entre as quatro categorias analisadas, indica que o IPM dos trabalhadores rurais informais foi quase 113 vezes superior ao IPM dos trabalhadores urbanos formais, o que demonstra a discrepância entre as condições de ocupação e o ambiente de moradia dos trabalhadores brasileiros.

Decompondo a análise do IPM entre os trabalhadores multidimensionalmente pobres, os quatro grupos demonstraram grande deficiência na dimensão **Condições Sanitárias**, agravada pelo indicador *Esgoto*. Contudo, para os trabalhadores rurais, todos os indicadores dessa dimensão foram extremamente precários. A dimensão **Condições de Trabalho e Proteção Social**, foi fundamental para expor os trabalhadores informais a condições de vida

¹¹ Os ODS são uma agenda de metas e objetivos que visam a erradicação da pobreza, acirramento das discussões sobre segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, entre outros. Tais metas/objetivos devem ser alcançadas até 2030 e foi adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015.



precarizadas, agravadas, sobretudo, pelo indicador *Previdência*. A dimensão **Condições de Educação e Acesso ao Conhecimento** foi mais deficitária entre os trabalhadores rurais, que expuseram maior deficiência no *Acesso à internet*. Por fim, a dimensão **Condições de Habitação** revelou maior deficiência entre os trabalhadores urbanos, agravada pelo indicador *Densidade habitacional*.

De maneira geral, a discrepância entre os indicadores de pobreza nos diferentes tipos de população ocupada, indica a maneira como a informalidade age dentro do ciclo retroalimentador da pobreza. Por ser uma forma de inserção precária, a informalidade expõe aqueles que dela participam a condições mais vulneráveis e com maiores probabilidades de permanecer ou de vivenciar condições de pobreza. Adicionalmente, corroborando com estudos anteriores, constatou-se que os trabalhadores que vivem no ambiente rural estão mais sujeitos a privações de ordens diversas, o que demonstra que mesmo com os avanços sociais experimentados pelo Brasil, as desigualdades estruturais desse ambiente não foram sanadas e permanecem extremamente mais fortes que no contexto urbano.

Por fim, vale destacar que a adoção de medidas multidimensionais da pobreza é importante para a condução de políticas sociais mais assertivas, que verifiquem a condição de vida da população para além da renda e identifiquem os grupos populacionais mais precarizados. Esses resultados, indicam que apesar dos avanços experimentados pelo Brasil no início do século, não resolveram o problema estrutural da pobreza entre os trabalhadores, sejam eles formais, informais, residentes dos meios urbano ou rural.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ALBUQUERQUE, M. R.; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 3, p. 45-64, set./dez. 2012.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009.

BALTAR, P. E. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão Nº 2036. Brasília, DF: IPEA, fevereiro de 2015.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006. 32 p. (Texto para Discussão, n. 1201).

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. da S.; FREITAS, N. Q.; PRESTES, F. C.; TONEL, J. Z. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 3, n. 37, e57321, p. 1 – 8, 2016.

CORSEUIL, C. H.; REIS, M. C.; BRITO, A. S. Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 5 – 31, jan./mar. 2015.



CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1 – 12, 2002.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 92, p. 1-21, out. 2016.

FERREIRA, T. R. da S.; MARIN, S. R. Uma aplicação do método alkiere foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 174 – 192, mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de desocupação no trimestre 2019**. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados> >. Acesso em: 21 dez. 2019.

JACCOUD, L. Igualdade e equidade na agenda da proteção social. In: FAGNANI, E.; FONSECA, A (ORG). **Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: educação, seguridade social, infraestrutura urbana, pobreza e transição demográfica**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

KREIN, J. D.; PRONI, M. **Economia Informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. de B. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v.32, n. 89, p. 47 – 82, mai./ago., 2015.

KREIN, J. D.; ABÍLIO, L.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A Reforma Trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0223441, p. 1 – 18, 2019.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. (Orgs). **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2019.

MANZANO, M.; CALDEIRA, C. D. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

MARCELINO, G. C.; CUNHA, M. S. da. Pobreza Multidimensional no Brasil: evidências para as áreas rurais e urbanas. In: Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, 25, 2022, Porto Alegre. **Anais...** Rio Grande do Sul: Associação Nacional de Pós-graduação em Economia, 2022.



MARTINS, C. H. B.; WINK JUNIOR, M. V. **Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul: evidências da multidimensionalidade**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2013. (Textos para Discussão FEE n. 114).

MARTINS, H. M. de O. et al. Análise da pobreza sob a ótica multidimensional nos municípios de Itabuna e Ilhéus, Bahia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 47-60, jan./abr., 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Agenda Nacional de Trabalho Decente. Brasília, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, G. J. C. Rural Poverty in Brazil: a multidimensional measurement approach. In: Encontro Brasileiro de Econometria, 33, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Paraná: Sociedade Brasileira de Econometria, 2011.

NERI, M.; FONTES, A. **Informalidade e Trabalho no Brasil: causas, consequências e caminhos de políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2010.

OLIVEIRA, T.; PRONI, M. W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **The informal economy and decent work: a policy resource guide, supporting transitions to formality**. Geneva: ILO, 2012.

_____. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture**. Geneva: ILO, 2018

_____. **Trabalho Decente**. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017.

_____. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL (PNADCT) 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas> . Acesso em: jan. 2020.



PICOLOTTO, E.; LAZZARETTI, M.; TRINDADE, E. As reformas neoliberais no Brasil e os seus impactos na ação sindical e na precarização do trabalho rural. **Laborare**, v. 5, n. 9, p. 9-33, 2022.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475 – 506, 2009.

ROSSI, P.; MELLO, G. **Choque recessivo e a maior crise da história**: a economia brasileira em marcha à ré. Campinas: IE/UNICAMP – Nota do Cecon, n.1, abril de 2017.

SANTOS, A. L. dos.; GIMENEZ, D. M. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, Curt Nimuendajú, 2018.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2013.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 161 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, A.; FERREIRA da; SOUSA, J. S. de; ARAUJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 219 – 239, mar/abr. 2017.

VIEIRA, C. de A.; KUHN, D. D.; MARIN, S. R. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 48, p. 263 – 295, jan./jun. 2017.

WORLD BANK INSTITUTE (WBI). **Introduction to poverty analysis**. World Bank Institute, 2005.